

Eficiência Energética nos Edifícios



João Rodrigues
Director Executivo da
Associação Portuguesa de
Industriais de Engenharia
Energética (APIEE)

Gosto sempre de recordar que cerca de 70% dos custos com um edifício ocorrem no seu período de utilização e que, segundo estudos consensualmente aceites, passamos cerca de 90% das nossas vidas dentro de edifícios

Em conformidade com o meu anterior compromisso, irei dedicar o presente artigo de opinião ao tema da Eficiência Energética nos Edifícios, começando por recordar palavras recentemente proferidas pela senhora Ministra do Ambiente e da Energia, na sua intervenção de abertura do Lisbon Energy Summit 2024.

Nesse discurso, para além de outros temas, a senhora Ministra partilhou alguns dados de contexto que me parecem importantes recordar: os edifícios são responsáveis por cerca

de 40% do consumo energético mundial, representando em Portugal um valor ligeiramente acima dos 30%, pelo que o Governo elege como uma das suas prioridades a necessidade de aumentar a eficiência energética dos edifícios combatendo, em simultâneo, a pobreza energética, uma realidade ainda muito presente em Portugal.

Da minha parte e para além dos indicadores já referidos, gosto sempre de recordar que cerca de 70% dos custos com um edifício ocorrem no seu período de utilização e que, segundo estudos

consensualmente aceites, passamos cerca de 90% das nossas vidas dentro de edifícios.

Aqui chegado, com base na minha experiência profissional, parece-me importante ter presente que actualmente dispomos de inúmeras tecnologias que permitem melhorar drasticamente o desempenho energético dos edifícios existentes, bem como garantir excelentes níveis de performance energética nos novos edifícios.

Em simultâneo, considero que o ecossistema nacional apresenta um elevado grau de maturidade, visto tanto pelo lado da regulamentação, como pelo lado dos diferentes perfis de prestadores de serviços presentes no mercado.

Então, se a regulamentação é actual e já acomoda os diferentes novos conceitos, como a mobilidade eléctrica, o incentivo ao autoconsumo e se já prevê o desenvolvimento de comunidades de energia que permitirão, inclusive, o desenvolvimento do conceito de “bairros de energia positiva”; se os fornecedores tecnológicos já garantem as mais modernas e sofisticadas tecnologias; e se temos no mercado os mais variados perfis de prestadores de serviços, como sejam os integradores de soluções de automação de edifícios, os peritos qualificados para a certificação energética dos edifícios, bem como os normalmente designados por instaladores, que são tipicamente as empresas representadas pela APIEE, podemos concluir que tudo está garantido? É então aqui que eu, que gosto de ver as coisas sempre pelo lado positivo, tenho de ser claro. Não, não está nada garantido! E para justificar essa visão menos positiva, vou trazer à discussão os recentes casos de contratos públicos assinados pelo Governo com representantes do poder local.

No início do mês de Junho, foram assinados contratos com mais de 120 municípios e 5 entidades diferentes do SNS, que visam a construção de mais de 120 novos centros de saúde e a requalificação de quase 350 outros centros de saúde, tudo no valor estimado da ordem dos 550 M€. Em simultâneo, foram também assinados contratos com mais de 80 municípios para a construção de 3.000 fogos, contratos esses que ultrapassam os 300 M€.

E porque estes contratos são financiados por verbas do PRR, TODOS estes projectos têm de ser concluídos até ao primeiro semestre de 2026. Ou seja têm



de ser executados aproximadamente em 2 anos! Ora, está bom de ver que se o nosso sector já hoje se debate com dificuldades em recrutar mão de obra em quantidade e com as qualificações adequadas e se, para além destes projectos, muitos outros de grande dimensão estão também para ser executados, é fácil encarar estas ambições com algum ceticismo. E não o faço, com base na irritantemente natural tendência portuguesa para o negativismo, faço-o com a consciência da realidade que as empresas associadas da APIEE, enquanto espelho da realidade nacional, enfrentam no seu dia-a-dia. No nosso entender, para que estes desafios possam ser verdadeiramente ultrapassados com sucesso, consideramos necessário alterar vários hábitos instalados. Desde logo e em primeiro lugar, consideramos necessário que todos estes projectos sejam executados por profissionais qualificados e certificados. Caso contrário, estamos profundamente convencidos que muitos destes projectos serão executados ignorando conceitos básicos como a eficiência energética e o custo total de propriedade. É importante ter presente que os projectos anteriormente referidos, têm distribuição nacional e serão desmultiplicados pelos respectivos municípios em projectos de pequena e média dimensão sendo, por isso, tendencialmente executados por prestadores serviços de âmbito local ou regional. Se assim for, consideramos fundamental garantir a difusão das mais avançadas tecnologias, bem como do saber fazer, a todos esses prestadores de serviços. Só assim será garantida uma concorrência leal entre essas empresas, equilibrando em simultâneo o grau de exigência de todos os municípios. Parece-nos também fundamental que se alterem os

critérios de decisão para estas empreitadas. Se elas forem decididas como tem sido prática habitual, ou seja unicamente decididas pelo critério do preço mais baixo e através de um único empreiteiro geral, receamos que as mesmas venham a apresentar baixos níveis de performance energética, de conforto térmico e de qualidade do ar interior, proporcionando uma péssima experiência aos seus utilizadores. Garantindo então o nível das competências técnicas dos profissionais envolvidos e alterando os critérios de decisão, parecem-nos também importante simplificar os processos de licenciamento. Todos temos conhecimento de casos de projectos que, por razões da burocracia, demoraram “uma eternidade” para serem aprovados, sendo por isso que somos favoráveis à simplificação dos processos, sem hipotecar o respectivo grau de exigência. E porque já me falta o espaço disponível para este artigo de opinião e tanta coisa ainda poderia ser escrita, termino fazendo um apelo para que o país saiba enfrentar este desafio e que não repita erros do passado. É necessário resolver os problemas do presente sem criar novos problemas para o futuro, caso contrário, apenas estaremos a diferir os problemas existentes. Quem nos acompanha nesta vontade? **C**

No início do mês de Junho, foram assinados contratos com mais de 120 municípios e 5 entidades diferentes do SNS, que visam a construção de mais de 120 novos centros de saúde e a requalificação de quase 350 outros centros de saúde, tudo no valor estimado da ordem dos 550 M€